



Anais da Assembleia

N.39

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE MAIO DE 1986

ANO XII

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 31.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 1986.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelo Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos e pela Senhora Deputada Amélia Hruschka.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Meezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artação Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti e Tadeu França (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 66/86

Curitiba, 05 de maio de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar a Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS, destinada a planejar, coordenar, executar e dirigir as atividades relativas à área de Comunicação Social do Estado, abrangendo todas as unidades da administração direta e indireta.

As atribuições pertinentes à comunicação social do Governo do Estado estão atualmente sendo atendidas e desenvolvidas pela Secretaria Extraordinária para Assuntos da Comunicação Social, instituída pelo Decreto n. 3052, de 11 de junho de 1984, baixado com respaldo nas disposições legais contidas no art. 14, da Lei n. 6.636, de 29 de novembro de 1974.

Durante o período de funcionamento a referida Pasta Extraordinária, desempenhou com inteira eficiência os encargos que lhe foram atribuídos, e, assim, o Governo constatou a necessidade e a conveniência administrativa no sentido de dotar a estrutura orgânica do Estado de uma Secretaria permanente, de natureza substantiva, para atuação nesse importante campo da atividade pública, para, de forma centralizada e bem ordenada, ser implantado um sistema de informações ao nível de diálogo proveitoso entre o Estado e a Sociedade.

A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado cuja proposta de criação submeto a exame dessa Augusta Casa de Leis, será definida nos termos dos artigos 12 e 15 da Lei n. 6.636, de 29 de novembro de 1974, que dispõe sobre a organização do sistema de administração pública do Estado do Paraná.

Para atendimento de despesas de implantação e manutenção administrativa da nova Secretaria de Estado, o anexo anteprojeto de lei prevê a abertura de um crédito especial até o limite de Cz\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzados), servindo como recursos para a respectiva cobertura qualquer das formas previstas no art. 43, § 1.^o, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos).

Assim, a Secretaria de Estado da Comunicação Social expressa o sinal mais visível de que a transparência e o diálogo são agora realidade. Nosso objetivo é institucionalizar esta realidade, para torná-la um instrumento permanente a serviço da Comunidade.

Ademais, as instituições públicas não podem ignorar o fenômeno "comunicação so-

cial", nem minimizar o importante papel desempenhado na Sociedade, pelos meios de comunicação de massa. Para tanto é imprescindível um órgão permanentemente apto a planejar, coordenar, executar e controlar toda uma política de Comunicação Social.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 92/86

Art. 1º. Fica criada a Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS, com o objetivo de planejar, coordenar a execução e dirigir as atividades relativas à área de Comunicação Social do Estado, abrangendo todas as unidades da administração direta e indireta.

Parágrafo Único. Como Secretaria de Estado de natureza substantiva, caberá à SECS, no cumprimento de suas finalidades:

I - assessorar o Governador do Estado no relacionamento com a imprensa local, nacional e estrangeira, visando a centralização e ordenamento do intercâmbio de informações entre o Governo e a Sociedade;

II - coordenar e controlar a divulgação das ações administrativas e políticas do Governo através de campanhas publicitárias e orientar na programação financeira destas;

III - estabelecer diretrizes de Comunicação Social a serem observadas pelas unidades setoriais de imprensa do Poder Executivo;

IV - divulgar as atividades da administração direta e indireta do Estado;

V - realizar pesquisas no sentido de manter o Governador do Estado ciente do comportamento da opinião pública a respeito das atividades governamentais;

VI - planejar, organizar e executar programas de conferências, palestras, seminários, exposições, congressos e mesas redondas, sobre assuntos de interesse do Estado;

VII - manter controle referente a campanhas publicitárias e matérias divulgadas pelos veículos de comunicação, efetuadas pelos órgãos da administração direta e indireta do Estado;

VIII - coordenar e controlar a divulgação das atividades do Estado do Paraná através da redação de notícias para utilização por jornais, rádios,

televisões e reportagens e documentários em texto, fotografias, áudio-visuais e videotapes;

IX - programar a cobertura dos eventos em que o Estado participar;

X - manter arquivo de notícias e fotografias, slides e comentários da imprensa de todo o País sobre as atividades do Estado, para fins de consulta e estudo;

XI - prestar à comunidade, as informações de que necessitar sobre as atividades do Estado;

XII - organizar programas de visitas à diversas repartições públicas e às obras da administração;

XIII - exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

Art. 2º. O Conselho de Comunicação Social, instituído pelo Decreto n. 561, de 31 de maio de 1979, com as alterações determinadas pelo Decreto n. 3790, de 06 de setembro de 1984, passa a integrar a Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS.

Art. 3º. A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS, obedecerá ao disposto no artigo 12 e seus incisos, da Lei n. 6.636, de 29 de novembro de 1974, complementada pelas unidades de nível departamental a serem definidas nos termos do artigo 15 da referida Lei.

Art. 4º. Para atender às necessidades da Secretaria de Estado da Comunicação Social, ficam criados os cargos de provimento em comissão descritos no anexo I desta Lei.

Art. 5º. A Paraná Radiodifusão S/A - RADIPAR, instituída pela Lei n. 6.635, de 29 de novembro de 1974, passa a vincular-se à Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Art. 6º. Fica incluída no artigo 120, da Lei n. 6.636, de 29 de novembro de 1974, a alínea "i", com a seguinte redação.

"i" - A Rádio Estadual do Paraná, subordinada à Secretaria de Estado da Comunicação Social".

Art. 7º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no limite de Cz\$ 4.500.000,00 para atender as despesas de implantação e manutenção administrativa da Secretaria de Estado da Comunicação Social e proceder as transferências de recursos para a Rádio Estadual do Paraná, servindo para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no art. 43, § 1º, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único. A Rádio Estadual do Paraná deverá ter seu orçamento próprio aprovado por decreto do Chefe do Poder

Executivo, "ad referendum" a Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 8.º. Fica o Poder Executivo autorizado, dentro dos limites dos respectivos créditos, a proceder por decreto às transferências dos saldos orçamentários das unidades remanejadas, a fim de atender aos objetivos da presente Lei.

Parágrafo Único. No exercício em que ocorrer o remanejamento, por conveniência administrativa a execução orçamentária e contábil das unidades remanejadas poderá ser processada de acordo com a vinculação constante na Lei Orçamentária anual, constituindo-se o Secretário de Estado da Comunicação Social como ordenador de despesas.

Art. 9.º. A Secretaria de Estado da Comunicação Social assumirá as dotações orçamentárias da Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social, permanecendo vigentes os códigos e o programa de trabalho incluídos na Lei Orçamentária Anual.

Art. 10. O Poder Executivo aprovará, por Decreto, o Regulamento da Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 11. Os cargos de "Assessor de Comunicação Social" constantes da Lei n. 8.002, de 6 de dezembro de 1984, passam a ter a denominação de "Assessor", sob a mesma simbologia.

Art. 12. Ficam extintos os cargos de provimento em comissão descritos no Anexo II, desta Lei.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

a que se refere o art. 4.º

QUANT.	DENOMINAÇÃO	SIMBOLOGIA
01	Secretário de Estado	
01	Diretor Geral	DAS-1
01	Chefe de Gabinete	DAS-5
01	Diretor da Rádio Estadual do Paraná	DAS-5
04	Chefe da Coordenadoria	DAS-5
16	Chefe de Centro de Comunicação Social	1-C
04	Assessor	1-C
04	Chefe de Grupo Setorial	1-C
04	Assistente Técnico de Grupo Setorial	2-C

02	Assistente	2-C
02	Oficial de Gabinete	6-C

ANEXO II

a que se refere o art. 12.

QUANT.	DENOMINAÇÃO	SIMBOLOGIA
04	Assessor de Imprensa (CC)	3-C
01	Assessor de Imprensa (SEPL)	3-C
01	Assessor de Relações Públicas (SEAG)	3-C
01	Assessor de Imprensa (SECE)	3-C
01	Assessor de Imprensa e Relações Públicas (SEED)	3-C
01	Assessor de Imprensa (SEIC)	2-C
01	Assessor de Imprensa (SEIN)	3-C
01	Assessor de Imprensa (SESP)	3-C
01	Assessor de Imprensa (SETR)	3-C

A Diretoria Legislativa

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o n. DTL/85/86, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n. 05/86, o qual foi convertido em lei e tomou o n. 8.282. (Anote-se - archive-se).

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Douto Plenário desta Casa, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Resolução n. 14/86, que altera o § 9.º do artigo 14 do Regimento Interno. (§ 9.º - O Deputado licenciado para tratamento de saúde não sofrerá prejuízo em sua remuneração.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1986.

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dispensado da Redação Final o Projeto de Lei n. 218/85, de autoria do signatário, que dispõe sobre a criação do Parque Estadual Papa João Paulo II.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1986.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o Plenário, a transformação do Projeto de Lei n. 100/85, de sua autoria, em sugestão a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para que, na forma prevista pelo art. 25, § 1.º, letras "a" e "b", da Constituição Estadual, tome a iniciativa que lhe compete visando a equiparação ao acidente em serviço a doença profissional para efeito de pensão especial de que trata o item II, do artigo 260, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, conforme a alteração procedida pela Lei n. 7.421, de 17 de dezembro de 1980.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1986.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ANTÔNIO SELUSNIAK, ocorrido aos 62 anos de idade, no último dia 04, em Mandirituba.

O extinto era empresário, deixando viúva Dona MARIA CARMITA e os filhos FAURI, ALTAIR e ANTÔNIO.

O passamento do Senhor Antônio Selusniak, veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como da sociedade local, onde gozava do mais alto conceito junto à comunidade, inclusive nos meios políticos, onde foi fundador do M.D.B. e membro ativo do P.M.D.B..

Considerado benemérito, sempre ligado às causas humanitárias, militando com todas as suas forças nos vários setores. Seu caráter, seu espírito de justiça e sua seriedade fizeram-no credor de elevada estima pelo povo da região. Sua dignidade e honradez são exemplos que deverão ser seguidos pelas gerações futuras.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Senhor JAIME CARVALHO SANTANA, ocorrido no dia 04 de maio deste ano no Município de Ibaiti.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, através de sua viúva Ilza de Moura Bueno Santana, à Rua Paraná, n. 54 - Ibaiti - PR..

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1986.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da sessão de hoje, de voto de congratulação pela passagem dos trinta anos de fundação da Federação Paranaense de Futebol de Salão, pela entrega de títulos de Grandes Beneméritos de Futebol de Salão do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Governador JOSÉ RICHÁ, ao Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário desta Assembléia, Deputado ANIBAL KHURY, ao ilustríssimo Senhor JANUÁRIO DALÉCIO NETO, Presidente da Federação Internacional de Futebol de Salão, ao Excelentíssimo Senhor AÉCIO DE BÔRBA VASCONCELOS, Deputado Federal, aos Ilustríssimos Senhores Vice-Presidentes da Confederação Brasileira de Futebol de Salão VICENTE PIAZZA e CARLOS BITTENCOURT, ao Ilustríssimo Senhor MÁRIO LOPES, de São Paulo e aos Desportistas Paranaenses Senhor JORGE KUDRI, Presidente da Federação Paranaense de Futebol de Salão, Senhor JORGE GAZAL, Senhor HAMILTON AKIM, de Paranaçu e Senhor ALTINO LIZER, de Guarapuava e, que da decisão desta Casa se dê conhecimento à Diretoria daquela Federação e a todos os homenageados.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense de Futebol de Salão, comemorou seus trinta anos de fundação, reunindo num conagraçamento autoridades, personalidades internacionais e nacionais, além de paranaenses, num magnífico jantar festivo, que marcará época no esporte do Paraná.

Entidade que reúne os salonistas do nosso Estado, vem realizando brilhante trabalho, e lançando cada vez mais nosso esporte no cenário nacional.

Quero, nesta oportunidade, prestar minhas homenagens ao grande desportista JOR-

GE KUDRÍ, que pelo seu desempenho, sua dedicação, o nosso futebol de salão encontra-se competindo com grande destaque, em outras capitais brasileiras.

Desta forma, o registro nos Anais deste Poder é feito com inteira justiça, para, acima de tudo, reconhecer e homenagear a Federação Paranaense de Futebol de Salão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações dirigido ao Jornal "O PARANÁ", na pessoa de seu Diretor - Emir Sfair pela passagem do 10.º aniversário do vibrante matutino.

Pede ainda envio do presente expediente ao ilustre Diretor do Jornal, Emir Sfair - Rua Pernambuco, 1592 - Cascavel - PR..

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1986.

(a) EDGAR PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

Destacamos a atuação do Jornal "O PARANÁ", de Cascavel na luta pela solução dos grandes problemas do Oeste-Sudoeste do Estado, pois, desde sua fundação aquele órgão de imprensa se colocou ao lado das causas justas do homem do campo e do empresário agrícola, seja reclamando medidas governamentais, seja denunciando equívocos impostos pela autoridades econômicas.

"O PARANÁ", ao longo dos últimos anos, se identificou de tal forma com as legítimas aspirações da classe agropecuária que passou a tornar um porta-voz autêntico de uma vasta população responsável por sucessivos recordes na produção de grãos no País. Mas, não se deteve apenas aí o desempenho dessa imprensa independente e desassombrada. Suas páginas foram transformadas em trincheira de luta na defesa de lavradores diante da poderosa Binacional ITAIPU, na denúncia permanente a violações de direitos humanos dos bóias-frias e dos sem-terras e na crítica contundente e heróica contra o regime autoritário que asfixiou a liberdade de opinião. É mais do que justo que rendamos nossa homenagem aos homens que fazem esse Jornal, impelidos pelo idealismo e pela inegável vontade de servir à coletividade.

Elogiamos o trabalho profissional do jornalista Emir Sfair à frente de "O PARANÁ" e do economista André Costi, os quais, enfrentando toda sorte de obstáculos conseguiram projetar Cascavel e a região Oeste - Sudoeste do Estado através da imprensa honesta e corajosa. Também, enaltecemos o desempenho da equipe responsável pela edição diária e ininterrupta de um verda-

deiro jornal de fato.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações ao Doutor OTTO LUIZ SPONHOLZ, nomeado pelo Governador do Estado, Desembargador junto ao Tribunal de Justiça do Paraná.

Homem de grande cultura jurídica, durante vários anos dedicou-se às causas justas e ainda continua a dar sua contribuição em prol das Ciências Jurídicas.

Professor universitário e ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, galgou postos relevantes durante sua carreira e agora, por mérito, foi nomeado ao mais elevado posto da Magistratura Paranaense.

Não poderíamos, portanto, deixar de nos congratular com esta nomeação que temos a certeza engrandecerá a Justiça Paranaense.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência ao ilustre Desembargador nomeado.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1986.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa, votos de congratulações ao BAMERINDUS, pela campanha publicitária destacando valores do Paraná, com menção especial para o compositor JOÃO LOPES, cientificando-se deste requerimento os homenageados.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1986.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Paraná sempre foi um Estado bastante acanhado na divulgação de seus valores, apesar de tê-los a sobejo. A campanha do BAMERINDUS através da rede de televisão e rádio, veio demonstrar a grandeza de nosso Estado, fazendo-nos conhecer e admirar as grandes conquistas alcançadas por paranaenses, até então ignoradas pelo público.

Enaltecendo a direção do BAMERINDUS por esse meritório esforço conjunto para a difusão do Paraná, queremos homenagear, igualmente, o compositor JOÃO LOPES, pelo tema musical "Bicho do Paraná", desejando que esta campanha sirva de motivação a outras, no sentido de elevar cada vez mais o nosso Estado no cenário nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado, solicitando a imediata extinção dos órgãos internos de Segurança e Informações existentes na Administração Pública Estadual, redistribuindo os recursos pertencentes a estes órgãos e readaptando técnica e filosoficamente o pessoal envolvido nestes órgãos, adequando-os aos princípios de uma gestão democrática do Poder Público.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma iniciativa coerente com nosso pensamento político de defesa de amplas liberdades democráticas e de combate a todas as formas de violação dos direitos humanos.

O regime autoritário que se implantou no País e que por longos vinte e um anos reprimiu as manifestações legítimas do povo, deixou pesadas heranças que devem ser eliminadas.

Se o horrendo aparelho de repressão estruturado durante estes anos - DOI - CO-DI, DOPS, OBAN, SNI - foi parcialmente desativado, seus apêndices institucionais, como são as Assessorias de Segurança e Informações dos Ministérios, Universidades e Empresas Públicas, continuam intactos.

Tais organismos constituíram-se e constituem-se ainda, em espaços privilegiados em "trabalho" de agentes do outrora aparelho repressivo. Geralmente, continuam desempenhando tarefas de controle político-ideológico dos servidores das instituições, através do acompanhamento das assembleias sindicais e de movimentos reivindicatórios, ou mesmo de simples críticas ao desempenho técnico-administrativo das chefias superiores.

Agora mesmo, comprovou-se que um funcionário da COPEL Mário Expedito Ostrovski - que até ontem desempenhava a função de responsável pela Assessoria de Segurança e Informação daquela importante empresa pública paranaense, tem seu nome incluído na relação dos 444 denunciados por práticas de tortura no período de 1964 a 1979, divulgada pela comissão que pesquisou e editou o livro "Brasil Nunca Mais".

No livro, publicado pela Editora Vozes, sob a responsabilidade da Arquidiocese de São Paulo, encontra-se à pág. 208, trecho do depoimento do Professor Luiz André Fávero, preso em Foz do Iguaçu, em 1970, que aponta o então Tenente Expedito como participante das torturas de que foi vítima.

Diante da comprovação dos fatos, toma-

mos a iniciativa de comunicá-los, na data de ontem (06/05/86), ao Governador José Richa, que imediatamente tomou as providências junto à direção da Empresa, ordenando o afastamento de Mário Expedito Ostrovski da chefia da assessoria.

Contudo, como entendemos absolutamente desnecessárias estas estruturas na vida de qualquer órgão administrado democraticamente, propomos hoje através deste requerimento a pura e simples extinção dos mesmos.

Afinal de contas, como muito bem registra a apresentação do livro "BRASIL NUNCA MAIS", "o Brasil vive, hoje, mais uma página de esperança em sua história. Superados vinte e um anos de regime militar, sonha o País com projetos de reconstrução. As leis começam a ser repensadas. A esperança que renasce hoje não pode ser novamente passageira. É preciso tomar decisões, adotar medidas corajosas que favoreçam a consolidação de um país democrático. É preciso trabalhar, sem trégua e sem demoras, na remoção dos rastros do autoritarismo e na edificação de um legítimo Estado de Direito, que seja sólido e ao mesmo tempo permeável à crítica. Onde não seja proibido participar, nem discordar, nem contestar".

Que as lições de nossa história recente sirvam para aprendermos a viver democraticamente, não só no espaço comunitário, mas também nos estreitos espaços das instituições.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Apresenta solidariedade ao movimento sustentado pelos Vigilantes Bancários e dirige apelo às Empresas do ramo, e outras providências.

Senhor Presidente.

Nelson Guimarães Vasconcellos, Deputado Estadual da Bancada do PMDB, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a Vossa Excelência para REQUERER o envio de expediente oficial desta Casa às seguintes Empresas:

- VIGIBRÁS - Empresa Brasileira de Vigilância Ltda- Rua Brasília Itiberê, 3189- Curitiba- Paraná.

- SENTINELA - Vigilância S/A Ltda- Rua Fernando Amaro, 398- Curitiba- Paraná.

- AURORA S/A - Segurança e Vigilância - Rua Morretes, 801- Curitiba - Paraná.

- ORBRAN - Organização e Brambilla Ltda Limpeza e conservação- Av. Presidente Getúlio Vargas, 1298- Curitiba- Paraná.

- Pires Serviços Gerais a Bancos e Empresas Ltda- Rua Brigadeiro Franco, 2113- Curitiba- Paraná.

solicitando todo o empenho em favor da categoria dos Vigilantes Bancários na busca de um teto salarial maior, condizente com suas responsabilidades na guarda das entidades a que servem e o largo risco de vida que se expõe no exercício do cargo de vigilante; dando-se-lhes acesso ao recebimento das horas extraordinárias desenvolvidas nos turnos de trabalho; fazendo cessar demissões como contribuição ao não agravamento do sistema social, como condição de juntos, legisladores-empresas-operários, darmos sustentação aos desejos do Presidente José Sarney, em fazer do Brasil País de grande atenção social aos trabalhadores.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1986.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 94/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica denominada "RODOVIA AGOSTINHO DUCCI", a Rodovia PR- 218, que passando por Santo Antônio do Paraíso, liga o Município de São Sebastião da Amoreira à Rodovia PR-160.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1986.

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

A personalidade de Agostinho Duzzi foi das mais marcantes no pioneirismo e desenvolvimento da região de Cornélio Procópio e adjacências.

De acordo com a biografia que anexamos ao presente, bem se comprova a justeza da proposição que ora apresentamos à consideração de nossos nobres Pares.

AGOSTINHO DUCCI

BIOGRAFIA

AGOSTINHO DUCCI - nasceu na Cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo, em 07.12.1903, vivendo ali a sua infância e a sua juventude.

Em 1924, já casado com Dona Lúcia Zanelli Ducci, passou a residir na cidade paulista de Cândido Mota, onde nasceram nove de seus onze filhos.

No início de 1942, deixou Cândido Mota para viver no norte pioneiro do Paraná, a aventura de todos aqueles que, a exemplo dele, tiveram a coragem de enfrentar toda a sorte de dificuldades, para alicerçarem as suas forças sobre a terra roxa paranaense, autêntica promessa de grande futuro para quem estivesse disposto a lutar de

verdade.

Fixou-se, então, no Município de Cornélio Procópio, onde nasceriam seus dois outros filhos.

Foi numa pequena área de terras de apenas sete alqueires, no local conhecido como "Água do Veado", que Agostinho Ducci, sua corajosa mulher e seus onze filhos, começam a difícil escalada para a bem sucedida situação de hoje.

Deu início a uma adequada preparação de seus filhos e com isso ampliou as suas atividades, tendo, em 1951, já residindo na zona urbana do Município de Cornélio Procópio, instalado uma pequena casa comercial que se fez histórica com a denominação de "Casa da Lavoura".

É que, daí, nasceu o atual COMPLEXO DUCCI, que envolve hoje importantes unidades industriais e comerciais em toda a região agora conhecida como norte velho do Paraná.

Embora sendo pessoa humilde e não letrada, o conhecimento de que todo homem para dignificar a sua existência como administrador tem que fazer um sucessor, parecia ser dele um conhecimento natural.

E assim é que, ao falecer em 19 de maio de 1977, deixou bem sucedida e realizada uma grande família, que, desde há muito, já vinha se norteando pela orientação de seu filho Pillade Ducci, que herdando do pai o espírito incansável, o aliou a uma extraordinária, irresistível e incontrolável vontade de trabalhar. E hoje, embora desaparecido, AGOSTINHO DUCCI, transmite no nome "DUCCI" um símbolo de luta, de coragem, de trabalho e, sobretudo, de incontestável sucesso.

Na área agrícola, marco inicial da progressista caminhada dos "DUCCI", somam-se hoje mais de 7.900 alqueires de terras, distribuídos principalmente na região do norte pioneiro (Cornélio Procópio, Nova Fátima, Congonhinhas e Santo Antônio do Paraíso), mas que também se espalham por outras regiões do Paraná e pelo Estado do Mato Grosso.

Mas, o importante centro das atividades agro-pastoris da família "DUCCI", está localizado na região de Congonhinhas, no Paraná.

Só na Rodovia PR-218, que liga o município de Nova Fátima ao de São Sebastião da Amoreira, as propriedades agrícolas dos "Ducci", ocupam as margens da estrada em ambos os lados, com aproximadamente 80% de toda a sua extensão, totalizando 1.084,17 alqueires, distribuídos nas conhecidas fazendas denominadas Monte Alegre (428,80 alq), São Benedito (103,37), São Pedro (34,85 alq), Monte Belo (200,00 alq), Modelo (58,60 alq), Jangadinha (29,42 alq), Santo Antônio (106,20 alq) e Planalto (74,25 alq) e, ainda, os sítios

denominados Congonhas (17,68 alq), Paraíso (18,00 alq), São Paulo (5,00 alq) e Irmãos Ducci (8,00 alq).

Como se percebe, o trabalho iniciado e desenvolvido pelo destemido Agostinho Ducci e sua família, transformou o pequeno sítio de 7,00 alqueires na vasta área que hoje possuem e que é dotada de toda a tecnologia necessária, permitindo um aproveitamento máximo e racional do solo e fazendo produtivo cada centímetro de terra existente.

De sua atividade inicialmente como pequeno comerciante, a existência hoje do COMPLEXO DUCCI no Parque Industrial de Cornélio Procopio, ocupando um espaço físico de mais de 50.000 m², permitindo a comercialização anual de aproximadamente 2.000.000 sacas de soja, milho e sementes selecionadas, bem como o processamento industrial da soja, no Município de Santa Mariana-Pr, através de indústria com capacidade de moagem de 250 toneteladas/dia, ocupando outro espaço físico de aproximadamente 24.000 m².

No âmbito social, os "DUCCI" cresceram obtendo participação em todos os campos da atividade humana, revelando hoje uma família composta por industriais, importantes comerciantes, grandes agricultores, pecuaristas, advogados, agrônomos, etc.

Tanto eles quanto suas atividades estão centralizadas na região do norte pioneiro do Paraná.

Como bem se vê, AGOSTINHO DUCCI, passou pela vida como um homem que acreditou no trabalho, tendo deixado como herança a marca da sua luta, simbolizada hoje pela importância das atividades dos "DUCCI" no contexto comercial e social do norte pioneiro e de todo o Estado do Paraná.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Está finda a leitura do expediente.

O SR.ANTÔNIO BELINATI - Pela ordem, pediria, Senhor Presidente, depois que fosse lido este requerimento de congratulações ao BAMERINDUS. O seu teor, por gentileza.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa defere e na hora da votação do requerimento, procederemos a leitura.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PDS se deseja ocupar seu horário. (Ausente).

Ausente, consulto à Liderança do PFL se desejar usar do seu horário. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT se deseja utilizar de seu horário. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Lideran-

ça do PTB, se deseja utilizar de seu horário. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PCB se deseja fazer uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR.MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Somente para registrar e solicitar dos Senhores Deputados a devida apreciação e aprovação de requerimento de nossa autoria está hoje em votação. Trata-se de uma iniciativa coerente com nosso pensamento político de defesa de amplas liberdades democráticas e de combate a todas as formas de violação de direitos humanos. O regime autoritário que se implantou no País e que ao longo de vinte e um anos reprimiu as manifestações.

Esta, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é a justificativa de um requerimento que nesta data, com a aprovação dos Senhores Deputados, estaremos enviando expediente ao Senhor Governador do Estado, solicitando a imediata extinção de todos os órgãos internos de Segurança e Informações existentes na Administração Pública Estadual, redistribuindo os recursos pertencentes a estes órgãos e readaptando técnica e filosoficamente o pessoal envolvido nestes órgãos, adequando-os aos princípios de uma gestão democrática do Poder Público.

Ao mesmo tempo, propomos que na Comissão de Direitos Humanos que logo após esta comissão deve se reunir, e passará a se constituir, a partir de hoje, em foro permanente de averiguação das denúncias do desrespeito aos direitos humanos que vierem ocorrer no âmbito do território paranaense e que estas denúncias podem ser encaminhadas a qualquer um dos membros da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Paraná e que para o bom desempenho das suas funções a Comissão poderá solicitar auxílio de outros órgãos do Poder Executivo. Este projeto de resolução é a nossa intenção de que venha a ser discutido na Comissão de Direitos Humanos logo após esta sessão.

Paralelamente, ainda comunicamos que hoje, na Câmara Federal, em Brasília, o Deputado Alberto Goldman, que responde pela Liderança do Partido Comunista Brasileiro, apresentará projeto de lei extinguindo as assessorias de segurança e informação e outros órgãos internos do Poder Público Federal, como aqui no Paraná, da própria TELEPAR ainda persistem fazendo controle ideológico e o acompanhamento e a intimidação dos serviços na luta pelas suas indicações e pelo movimento sindical. Era isto, Senhor Presidente, que tí-

nhamos para dizer nesta manhã.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezzi)- Concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mesmo que por breve espaço de tempo, ocupamos esta tribuna no horário das Lideranças do PMDB, para que fique aqui registrado, para que todos nós possamos individualmente, ou coletivamente, tomar as medidas que forem necessárias para a boa consecução dos objetivos, é que nós vimos à tribuna hoje para dizer do perigo que continua rondando a agricultura e a agropecuária em nosso País.

Com o advento do pacote econômico, a agricultura passou a ser, não tenham dúvidas Senhores uma das melhores alternativas para que todos pudessem fazer seus investimentos, para que todos pudessem vir a ter uma melhor remuneração pelo capital que antes era empregado pela especulação monetária, apenas tão somente.

Entretanto, corre uma série ameaça em cima da agricultura brasileira e principalmente, dos agricultores que até hoje sempre pagaram para ver acontecer as coisas e hoje mais uma vez, corre o risco a agricultura brasileira de ser envolta a mais uma dificuldade e a mais uma puxada de tapete, eu diria.

Vejam os Senhores que se corre o risco dos preços mínimos estabelecidos para os preços agropecuários, sofreram uma redução, uma diminuição no seu valor da ordem de 12,8%.

Por que isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados? Porque, pretende o Conselho Monetário Nacional, as autoridades econômicas do País que tão acertadamente promulgaram este pacote, mas que erroneamente querem agora fazer com que os preços mínimos destinados à agricultura, sejam aqueles do dia 1.º.02.86 e não o preço já corrigido no dia 27.02.86.

Portanto, querem puxar o tapete da agricultura diminuindo aquilo que poderia ser lucro do agricultor em 12,8%.

Nós todos sabemos e, principalmente, aqueles que labutam no meio agropecuário, que uma agricultura quando bem desenvolvida e bem desempenhada, precisa de muita sorte muito trabalho para se ter 20 a 30% de lucro no máximo. Quando isto acontece, é quase que um milagre.

Agora, o Governo Federal, as autoridades econômicas, que tão acertadamente, repito, promulgaram este pacote, querem agora num simples novo decreto, num simples novo voto no CMN retirar 12,8% de rentabi-

lidade no setor rural. Querem empobrecer 12,8% a agricultura brasileira e paranaense, porque não dizer.

Portanto, nós temos que nos manter alerta, já tivemos contato com a organização das Cooperativas do Paraná, que está de prontidão, cuidando para que este prejuízo ao setor agropecuário não volte a acontecer.

Um outro fato que também se discute, e que pretendem as autoridades econômicas fazer acontecer neste País, é a compra com pagamento a prazo, vejam vocês que sempre faltou recursos, sempre o governo chegou atrasado na liberação de recursos para custeio e investimento, na liberação de recursos para comercialização das safras através do AGF do EGF e agora vem o Governo, sob o pretexto de que não tem reservas, de que não tem dinheiro, querer comprar o produto produzido no meio rural e pagá-lo a prazo, em parcelas.

Isso no nosso entendimento é uma grande piada, é uma brincadeira que nós temos que repudiar, porque o agricultor que passa por sérias e difíceis dificuldades quando o tempo não lhe ajuda, que enfrenta todo o tipo de problemas para ter a sua safra bem colhida, bem produzida, bem limpa, seca, entregue no armazém e ao entregá-la, ainda vai receber o pagamento mínimo pela venda de seu produto em parcelas? Realmente, Senhor Presidente são notícias, são especulações, são comentários que chegam até nós e que nos deixam apreensivos. Temos que realmente levantar uma bandeira em favor da agricultura paranaense, da agropecuária paranaense e brasileira, no sentido de que ao servindo o produto ao Governo, pela política de preços mínimos ou seja pelo preço mínimo e o Governo pague à vista, como sempre pagou e não parcelado como quer agora e que de maneira alguma se permita que venham os preços mínimos serem rebaixados, serem diminuídos em 12,8%, porque seria mais uma vez puxar o tapete do agricultor, da agropecuária brasileira que estaria com essa medida sendo empobrecida em 12,8%, realmente uma medida punitiva, para alguém que sempre foi punido e que agora, pelo menos, parece que está com ares de progresso e de prosperidade.

Não podemos realmente nos calar num momento deste e fazemos este alerta aos Senhores Deputados, para que nós possamos tomar as providências que forem necessárias.

Um outra questão ainda, Senhor Presidente, para que todos nós possamos nos manter informados e sabedores do que vem acontecendo na agricultura e na pecuária, como um todo.

Nós sabemos que pelas normas técnicas definidas pelo Instituto Agrônomo do Pa-

Paraná, o nosso Instituto de Pesquisas IAPAR, o plantio de trigo é recomendado em nosso Estado até o dia 10 de maio apenas e nós sabemos e já nos foi dito pelo Superintendente do Banco do Brasil, Doutor Finardi, pelo Diretor de Crédito do Banco do Paraná - Crédito Rural, Doutor Otacílio, que muitos produtores poderão ficar sem plantar trigo, porque não conseguiram sequer, Senhor Presidente, até o presente momento, fazer as suas propostas de financiamento, quando muito receber recursos para o plantio.

Então é necessário que todos nós façamos este alerta, e nós pretendemos ainda no dia de hoje manter um contato com o Diretor de Crédito Rural, Industrial do Banco do Brasil, nosso amigo, Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, no sentido de que esses recursos sejam alocados o mais rapidamente possível, para que possa a agricultura do nosso Estado e de todo País, caminhar tranqüila, sossegada e com boas perspectivas nesta nossa safra de inverno, onde a cultura de trigo se apresenta novamente como carro-chefe para um cultivo tão promissor, tão produtivo, como fora no ano passado.

As autoridades ligadas ao setor da agricultura do Paraná, seja a Secretaria de Agricultura, seja a Organização das Cooperativas do Paraná, seja a Associação Paranaense dos Produtores de Sementes, investir um pesado na propaganda, na divulgação e no chamamento dos agricultores paranaenses, no sentido de que plantasse trigo mais uma vez, para que mais uma vez o Paraná pudesse oferecer ao Brasil aquela produção e aquela produtividade tão invejada, como foi no ano passado.

Agora, precisamos que realmente os recursos venham porque o próprio Governador José Richa, acenado que fora pelo Presidente Sarney, pelo Ministro Funchal, fez o chamamento aos agricultores do Paraná que estavam a sair de uma seca, que estavam a sair de uma longa estiagem, que entrassem. O nosso Governador chamou os agricultores para que entrassem no cultivo do trigo, nesta safra de inverno, para que amenizassem os problemas tidos na safra 85/86. Então, todos nós, como poderíamos dizer, fomos de "ponta cabeça" nesta mensagem, em favor da agricultura e da triticultura paranaense, e, hoje, estamos, de repente, avizinando uma dificuldade pela falta de recursos, pelo não acolhimento de propostas de financiamento, e pelo final, pelo encerramento do prazo.

Neste sentido, já mantivemos contato e fomos informados de que este prazo será prorrogado por mais alguns dias, será permitido colher propostas de financiamento para o plantio do trigo por mais alguns dias. Mas só isso não basta, Senhor Presi-

dente, precisa, é necessário que os recursos sejam alocados para a agricultura, para o plantio de trigo, e para que todos nós, produtores do Estado do Paraná e do Brasil, possamos viver com tranqüilidade, com harmonia, cultivando a terra que é de todos nós, produzindo o alimento que tanto precisamos.

Portanto, Senhor Presidente, faço hoje esses três registros: ameaça de rebaixamento dos preços mínimos; ameaça que está a existir de que o Governo venha a adquirir os produtos agrícolas num sistema, poderíamos dizer, de crediário e parcelado, e ameaça, que hoje não é ameaça, é realidade, da falta de recursos para o cultivo da safra de trigo no Estado do Paraná e no Brasil.

Agradeço à Presidência, pela concessão e à liderança do nosso Partido, pelo horário que nos concedeu. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa deseja registrar com satisfação, a presença do ex-prefeito Jacy Scanaghatta, de Cascavel, bem como do ex-Deputado David Cheriegate. A Mesa, ainda, avisa que na próxima sexta-feira, às 10 h, teremos uma Sessão Especial de posse do novo Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.65/86, que dispõe sobre vencimentos do funcionalismo em geral, com a revisão dos vencimentos dos cargos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, dos índices de soldo dos policiais militares e dos índices de vencimentos dos policiais civis e dos agentes fiscais, bem como adota outras providências. Aprovado. (Publicado no D.A. 27, de 15/04/86, Mensagem n.49).

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.206/85, de autoria do Deputado Homero Oguido, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Londrina, uma área de formato irregular medindo 1.496,31m, do Distrito de Warta, do referido Município, para construção de uma quadra esportiva

destinada à educação, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.218/85, de autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos, que dispõe sobre a criação do Parque Estadual PAPA JOÃO PAULO II, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.12/86 de autoria do Deputado Antônio Annibelli e outros, que denomina de "Rodovia Deputado Domício Scaramella", a Estrada PR-446 que liga União da Vitória-Porto Vitória a Bituruna. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.06/86 (Mensagem n.03/86, ex-Proposição n.24/86) - oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o 1.º termo aditivo de 29/11/85 do convênio celebrado em 26/08/85, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco, com vistas à prorrogação do prazo de vigência e a complementação de recursos de ajuste originário que tem por escopo a execução do projeto de Cadastramento Industrial para elaboração do catálogo de produtos paranaenses. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.07/86 (Mensagem n.06/86, ex-Proposição n.27/86) - oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Convênio celebrado em 17/09/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte, com a interveniência do Museu Paranaense e o Município de Curitiba, com a interveniência da URBS e do IPPUC, com os objetivos que especifica. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.08/86 (Mensagem n.10/86, ex-Proposição n.32/86) - oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça; que aprova Convênio n.0018/85 celebrado em 22/11/85, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, objetivando a execução do Projeto de Implantação e Melhoria de Infra-estrutura de Áreas para a População de Baixa Renda na Região Metropolitana de Curitiba. **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução

n.09/86 (Mensagem n.14/86 ex-Proposição n.35/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados em 30/12/85 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, com as partes e objetivos adiante mencionados. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.10/86 (Mensagem n.16/86, ex-Proposição n.37/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Convênio DEPEN n.34/85 celebrado em 23/12/85 entre o Estado do Paraná e o Ministério da Justiça, visando a melhoria e modernização dos serviços de segurança pública, através de veículos e equipamentos para as polícias militar e civil. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.11/86 (Mensagem n.18/86 ex-Proposição n.39/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, com interveniência do Departamento de Trânsito DETRAN e a EMOPAR com os Municípios que especifica, visando a construção de prédios destinados a abrigar as sedes das Circunscrições Regionais de Trânsito-CIRETRANS. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Jaime Carvalho Santana, ocorrido no dia 04 de maio do corrente ano, no município de Ibaiti. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Selusniak, ocorrido no dia 04 de maio do corrente ano, no município de Mandirituba. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando dispensa da redação final do Projeto de Lei n.218/85, que dispõe sobre a criação do Parque Estadual Papa João Paulo II. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.14/86, que altera o § 9.º, do artigo 14 do Regimento

Interno (§9. - O Deputado licenciado para o tratamento de saúde, não sofrerá prejuízo em sua remuneração). Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando a transformação do Projeto de Lei n.100/85, em sugestão a ser encaminhada ao Senhor Governador do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao BAMERINDUS, pela campanha publicitária destacando os valores do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do 30.º aniversário de fundação da Federação Paranaense de Futebol de Salão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a extinção dos órgãos internos de Segurança e Informações, existentes na Administração Pública. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente às Empresas: Vigibrás, Sentinela, Aurora, Orbran e Pires, encarecendo todo o empenho em favor da categoria dos vigilan-

tes bancários, na busca de um teto salarial maior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando votos de congratulações, ao Doutor Otto Luiz Sponholz, nomeado Desembargador junto ao Tribunal de Justiça do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando votos de congratulações, ao Jornal "O Paraná", do município de Cascavel, pela passagem do 10.º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 8, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA;

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.09/86, 10/86 e 11/86.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.175/84;

e dos Projetos de Resolução n.12/86 e 13/86.

Marca ainda, uma Sessão Solene para dia 09, às dez horas para tomada de Posse do Excelentíssimo Senhor João Elísio Ferraz de Campos, no cargo de Governador do Estado do Paraná.

Levanta-se a sessão.